

PONTO CRÍTICO

ENSINO

O governo tem demonstrado vontade política para enfrentar os problemas da área da educação?

SIM

REVOLUÇÃO SEM ALARDE

A.E.T. Corrêa da Costa

O Brasil só vai atingir o seu merecido lugar no concerto das nações através do desenvolvimento da educação, pedra de toque de todo o progresso, e talvez mais importante que a enxurrada de novas tecnologias. Elas, para funcionarem e serem eficazes, exigem, como primeira condição, homens preparados. Senão, um computador é apenas um computador e nada mais.

O governo Fernando Henrique Cardoso elegeu a educação como prioridade, porque desde o primeiro dia teve consciência de que ela é condição sine qua non para tudo. E os resultados começam a aparecer, resgatando direitos do cidadão e dignificando a política educacional — séria, transparente, universal, decidida.

Tentativas anteriores definharam por falta de vontade política. Em 1970, foi lançado o Movimento Brasileiro de Alfabetização para acabar com o analfabetismo, cujo índice, entre a população acima de 15 anos, era então de 33,6%. Após dez anos do lançamento do Mobar, o IBGE chegou à conclusão que o índice caíra pouco, baixou para 25,9%. O analfabetismo não acabou, mas o Mobar sim. Programas assim, de largas pretensões e de boas intenções, nunca duraram muito e não produziram os resultados inicialmente alardeados. Causa: falta de vontade política.

Hoje, sob a batuta do professor Paulo Renato Souza, ministro da Educação e do Desporto, vontade política é o que não falta. O leque de ações que ele, e sua abnegada equipe estão deslançando, é o de provocar não só profunda admiração como emoção, em cada um de seus compatriotas. O ministro Paulo Renato resgata, com bri-

lho, uma das prioridades anunciadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em sua campanha rumo ao Palácio do Planalto.

O Ministério da Educação e do Desporto faz valer a célebre frase de Monteiro Lobato: "um país se faz com homens e livros". E desencadeia iniciativas que vão do ensino fundamental ao superior, com imperturbável decisão.

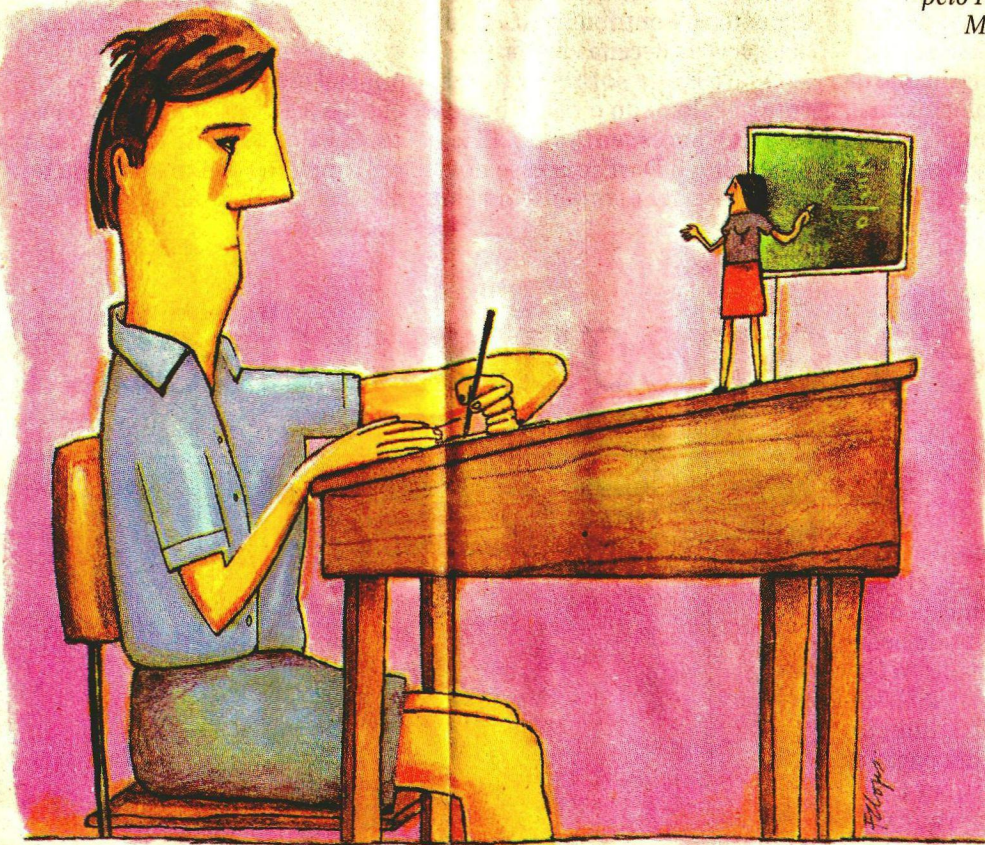
Hoje, o analfabetismo cai e melhora a escolaridade entre as crianças de 7 a 14 anos. A taxa de analfabetismo que era de 25,9%, em 1980, e de 21,9%, em 1991, já caiu para cerca de 16%. E, o que é importante, vai continuar caindo, porque a política em prática não é de fachada; é para valer.

Apesar desses dados positivos, ninguém está suficientemente contente. É que o Brasil tem ainda cerca de 3,5 milhões de crianças fora das salas de aula e a repetência e a evasão continuam males crônicos do 1º grau. Para combater esses problemas centenários, o atual governo opera blitzes de iniciativas. No município do Cabo, Pernambuco, foi lançada a bolsa-escola, uma das muitas ações.

A TV Escola se expande e chega à zona rural. Espera-se para breve que atinja uma cobertura de 50 mil escolas. E o computador chega à escola pública. O Programa Nacional de Informática na Educação vai investir R\$ 72,00 por aluno para colocar, por dois anos, seis milhões de estudantes em contato com o universo que o computador oferece, inclusive todo o manancial da Internet. Cem mil computadores foram adquiridos para distribuição a todos os estados e ao Distrito Federal. Quer dizer, pelo dedo se conhece o gigante. No caso, o tamanho da decisão política na área da educação.

Para setembro, está marcado o exame nacional do 2º grau. Além disso, está sendo enviada ao Congresso Nacional uma emenda que trata da autonomia universitária; o 2º grau sofrerá uma reestruturação, com a separação do ensino médio do ensino profissionalizante, e haverá mudanças nos critérios de acesso às universidades. Enfim, uma revolução silenciosa está ocorrendo no campo da educação pública do Brasil. Sem alarde, mas com um trabalho duro, apaixonado.

■ Diretor-geral da Imprensa Nacional e Chefe do Departamento de Ciências Contábeis do CEUB



NÃO

MEC AGRAVA A CRISE

Francisco das Chagas Fernandes

Depois de muitos anos de indefinição quanto à política educacional, o governo federal resolveu imprimir sua marca, baseado no receituário neoliberal de "enxugamento da máquina do Estado", ou seja, do Estado mínimo. É uma marca legitimada pelo artigo oitavo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que não deixa dúvidas acerca do papel coordenador e normativo da União em matéria de educação. Infelizmente, o MEC

está agravando e não resolvendo os problemas da educação pública no Brasil. Por quê?

É do conhecimento de todos que o ensino fundamental pagou um alto preço pela universalização das matrículas: baixou a qualidade do ensino e desvalorizou o seu grande ator, o professor. Ou seja, o gasto médio por aluno, de R\$ 30,00 mensais aproximadamente, se se considera 15% dos impostos vinculados, é absolutamente insuficiente para um ensino com quadro de giz, calcule-se com vídeo e computador. E o MEC, pelo Fundo de Valorização do Magistério e Manutenção do Ensino Fundamental, nem isso garante: para nove estados mais pobres, o gasto potencial é de R\$ 25,00 mensais.

Pior. Em 1994 foi acordado pelo MEC, Conselho de Secretários de Educação e União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação um piso salarial profissional nacional de R\$ 300,00 para os professores em início de carreira. FHC não apenas rasga o acordo como propõe agora um salário "médio" de R\$ 300,00, quantia que se atinge mais ou menos aos quinze anos de carreira como remuneração mínima nacional. O MEC retruca

que o "piso" era para tempo integral de 40 horas semanais e que o seu salário médio é para jornada de 25 horas, 20 das quais em sala de aula. Então o que quer o MEC? Que o professor dobre sua jornada até 50 horas para sobreviver? É o que tem feito um crescente número de docentes, com conseqüências amargas: desgaste físico e mental dos professores e falta de atenção aos alunos, que cada vez aprendem menos na escola e mais na rua e na TV.

O MEC parece estar mais interessado em mostrar a FHC que é capaz de administrar recursos escassos e decrescentes do que buscar mais verbas para atender a 40 milhões de jovens e adultos sem ensino fundamental, a 5 milhões de crianças sem pré-escola e a 5 milhões de jovens sem vaga nas universidades.

Tudo porque os donos da educação andam de namoro com uma tese esdrúxula: a de que existem recursos suficientes para a educação e o que faltaria era equidade em distribuir e eficiência em gerenciar. O Fundo caminha na direção da justiça distributiva, misturando impostos estaduais e municipais e destinando a cada rede segundo suas matrículas: só que a União entra com parques 600 milhões anuais, numa despesa de 22 bilhões dos estados e municípios.

Em resumo, o MEC saiu do discurso para a prática: só que se resume a praticar a política da conformação à mediocridade, e não a da ousadia em busca da qualidade. O resultado será aumentar a exclusão e o lucro dos empresários do ensino.

■ Vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação